

Sarney não negocia e apoiará eleição em 1988

BRASÍLIA — Em vez de fazer um pronunciamento à Nação, como pretendia inicialmente, o Presidente José Sarney divulgou nota ontem, lida pelo Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em que afirma que a votação sobre o seu mandato na Comissão de Sistematização "reforça a posição moral do Presidente de não transacionar sobre questões menores que não sirvam aos interesses da Nação".



Costa Couto pouco antes de ler a nota



Aluizio Alves deixa o Alvorada após a reunião

A decisão do Presidente Sarney de substituir o pronunciamento em que comentaria o resultado da votação sobre o seu mandato e o sistema de governo pela divulgação da nota oficial foi tomada de última hora. No início da tarde, o Presidente da Radiobrás, Antônio Martins, levou para o Palácio da Alvorada uma equipe da empresa para gravar o pronunciamento. O Presidente da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), Frota Neto, também foi convocado para organizar a gravação.

Por volta das 18 horas, entretanto, houve uma mudança na linha de trabalho. Quem chegava no Alvorada, como o Sendor Edison Lobão (PFL-MA), já não falava mais em pronunciamento. Os Ministros militares — Leonidas Pires Gonçalves (Exército), Henrique Sabóia (Marinha) e Paulo Camarinho (Estado Maior das Forças Armadas) — e o Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ivan de Souza Mendes, deixaram o Alvorada em seus carros em alta velocidade, evitando contato com a imprensa.

As 19h10m, Frota Neto telefonou para a guarita do Alvorada, avisando que dentro de dez minutos o Ministro Costa Couto sairia para ler uma nota com a posição oficial do Presidente sobre a decisão da Comissão de Sistematização. Avisou também que o Ministro não daria entrevista. Costa Couto demorou 40 minutos. Sorridente, posou para os

fotógrafos e cinegrafistas e só depois tirou do bolso a nota que leu diante das câmeras, voltando em seguida para o Palácio.

No início da tarde, logo depois do anúncio do resultado da votação na Sistematização, o Presidente Sarney telefonou ao Ministro Ronaldo Costa Couto, convocando-o para uma reunião no Alvorada. Chamou também os Ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Prisco Viana (Habitação e Meio Ambiente), Abreu Sodré (Relações Exteriores), Rubem Bayma Denny (Gabinete Militar), Vicente Fialho (Irrigação), Aluizio Alves (Administração) e Ivan de Souza Mendes (Serviço Nacional de Informações). Segundo um dos presentes, o Presidente fez uma avaliação: "serena" do resultado adverso.

Durante a reunião, Sarney decidiu que agora vai lutar para governar o período que lhe resta de mandato no sistema presidencialista, abdicando do esforço pelos cinco anos. Resolveu também promover, nos próximos dias, nova reforma ministerial, para afastar-se da influência dos partidos políticos.

As queixas do grupo que esteve no Alvorada foram centradas nos Governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires. De acordo com os Ministros, os dois Governadores reverteram os votos de alguns constituintes na expectativa de uma futura negociação com o Go-

verno, no voto em plenário, para cinco anos de mandato com parlamentarismo.

Na reunião do Alvorada, o Presidente José Sarney descartou qualquer hipótese de entendimento futuro em torno da duração do mandato e do sistema de governo. Conforme o relato de outro Ministro presente, Sarney disse que não será obstáculo à realização de eleições no próximo ano.

— A questão do mandato saiu da cabeça do Presidente. Ele vai defender a realização de eleição direta em 88 e presidir o processo. Será o primeiro a falar no pleito, embora não vá assumir compromisso com candidato nenhum. Os partidos que cuidem das eleições — revelou a mesma fonte.

Derrotada a proposta do Presidente de governar até 15 de março de 1990, a estratégia do Governo é convencer os constituintes a derrubar o plenário o parlamentarismo. Se isso acontecer, Sarney poderá pelo menos terminar seu mandato com plenos poderes.

Por essa avaliação, a derrota mais dura para o Presidente não foi a redução do mandato, mas a instalação do parlamentarismo em 15 de março do próximo ano. A permanecer essa decisão em plenário, Sarney terá apenas quatro meses de poderes plenos.

A NOTA

Resposta aos constituintes

É a seguinte a íntegra do texto da nota do Presidente José Sarney sobre a aprovação do mandato de quatro anos, divulgada ontem:

O Senhor Presidente da República convocou a Assembleia Nacional Constituinte e em nenhum instante interferiu em sua liberdade e soberania.

Com lealdade expôs aos brasileiros, como de seu dever, sua opinião a respeito de algumas questões submetidas à sua deliberação, entre as quais a duração do seu mandato, de modo a concluir o ordenamento jurídico da Nação e o processo de transição democrática, recusando-se a negociar qualquer fórmula considerada nociva ao País.

A votação de hoje, na Comissão de Sistematização, reforça a posição moral do Presidente de não transacionar sobre questões menores que não sirvam aos interesses da Nação.

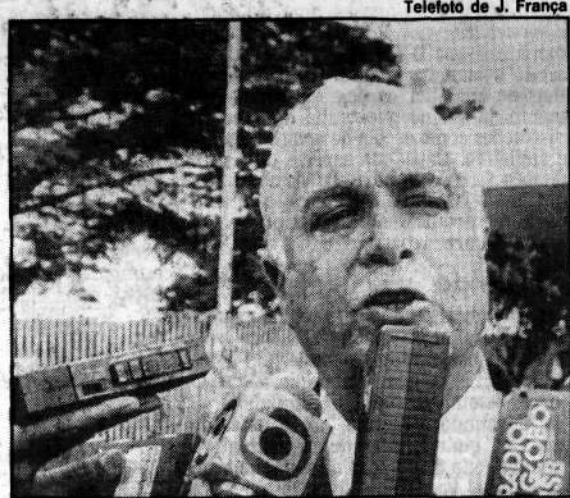
A decisão que vier a ser adotada, soberanamente, pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte terá do Senhor Presidente da República o mais decidido apoio. Inclusive a realização de eleições em 1988, se assim for deliberado pelos constituintes.

O Senhor Presidente da República não tem ambição pessoal a defender, senão a de servir ao interesse nacional. Do mesmo modo, Sua Excelência governará acima de condicionamentos políticos e partidários.

O Senhor Presidente da República, finalmente, confia em que cada constituinte reflita sobre seus deveres perante o País, sua tranquilidade e estabilidade política.

Liberado das pressões políticas, Presidente deve mudar a equipe

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney recebeu a notícia da redução do seu mandato para quatro anos com muita tranquilidade, disse ontem o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, pois considera que essa decisão o libera para reformular seu Ministério e o livra das pressões dos políticos e dos partidos. A seu ver, caso o plenário mantenha essa posição, o Governo deve empenhar-se para que a eleição presidencial seja realizada no menor prazo possível. Sarney afirmou que a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada por ele e que cumprirá todas as decisões que forem por ela aprovadas.



Ministro Antônio Carlos: Sarney está muito tranquilo

Isso traz benefício, porque ele fica inteiramente livre para formar uma equipe de acordo com os interesses do País, para governar com dignidade o restante de seu mandato. Ele não vai negociar votos para garantir a sua permanência.

Sarney chegou ao Palácio da Alvorada pouco depois das dez horas da manhã, vindo de helicóptero do seu sítio, que fica a 40 quilômetros de Brasília. Ele acompanhou a votação da Comissão de Sistematização pela TV e, depois de aprovada a emenda em favor dos quatro anos de mandato, começaram a chegar ao Palácio

os auxiliares mais identificados com sua atuação política.

Reuniram-se com o Presidente os Ministros da Habitação, Prisco Viana; das Relações Exteriores, Abreu Sodré; da Administração, Aluizio Alves; das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; da Irrigação, Vicente Fialho; e os Chefes do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto; e do Gabinete Militar, Bayma Denny, além do Chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. Também participaram do encontro o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo pessoal de Sarney.

Cid Carvalho afirmou ao sair que o Presidente não ficou tão tranquilo com o resultado como gostaria, porém não se considera traído. Segundo o Deputado, Sarney está inclinado a estimular a realização das eleições presidenciais em 88 e não pretende mais negociar qualquer acordo com os constituintes para a modificar esta posição no plenário.

Já o Ministro Aluizio Alves, acha que a decisão da Comissão de Sistematização foi totalmente errada, pois a transição ainda não permite a realização de eleições diretas em prazo tão curto. Aluizio Alves afirma que o País está em fase de reorganização econômica e social, precisando ainda de toda a legislação complementar eleitoral e, por isso, um mandato de cinco anos, em sua opinião, seria uma solução mais adequada.

Reunião demonstra irritação dos defensores do mandato de 5 anos

BRASÍLIA — A irritação do "comando" dos defensores dos cinco anos de mandato após a derrota só foi descarregada quando os principais integrantes do grupo se reuniram, logo após a votação, no gabinete do Líder do PFL, José Lourenço. Alguns dos parlamentares mais ligados ao Governo queixaram-se de que não foram cumpridas as ameaças do Planalto de considerar inimigos os adeptos dos quatro anos.

— O que é que custava tirar um diretor? — protestava, muito exaltado, o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), referindo-se aos rumores de que a pressão de um dirigente de estatal teria levado o Deputado Siqueira Campos (PDC-GO) a apoiar os quatro anos.

O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) foi um dos mais enfáticos na defesa dessa tese:

— O Presidente tem que parar de tratar amigos e inimigos do mesmo modo. Isto me parece óbvio. Foi uma falha no desempenho do Governo em seu papel político — disse.

No improvisado quartel-general pró-Sarney, o desabafo reuniu, por

cerca de meia-hora, além de Cardoso Alves, Lourenço e Fiúza, Luís Eduardo Magalhães e Eraldo Tinoco, ambos do PFL da Bahia, e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Fiúza admitiu que o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, a quem respeita como líder, poderia ter mudado seu voto, se tivesse procurado fazê-lo. Quase todos esses parlamentares trabalharam com cinco pelos cinco anos e alguns deles queixaram-se, principalmente, dos votos pelos quatro anos dos Deputados Mendes Thame (PFL-SP) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — a Deputada, na avaliação do grupo, iria se abster. Embora seu apoio aos quatro anos fosse tido como garantido, Thame evitou anunciar sua opção até o último momento: receava que, não sendo membro-nato da Comissão, pudesse ser substituído por algum suplente da confiança do Líder.

No fim da votação, os principais articuladores dos cinco anos não escondiam um ar desanimado, mas deixavam claro que tentariam reverter o resultado no plenário da Constituinte. O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que a

Comissão não reflete a maioria do plenário, onde, segundo ele, "é esperada a vitória".

Cardoso Alves enfatizou a importância da ação do Governo na próxima votação:

— Está fácil vencer no plenário se o Governo mudar — disse, apoiado por Lourenço, para quem, "para vencer a segunda batalha, o Governo terá que mudar sua linha de ação".

O Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, mostrou pouca confiança na rejeição do mandato aprovado ontem:

— Será difícil mudar isso no plenário, mas o presidencialismo agora está fortalecido — disse.

Luís Eduardo demonstrou maior segurança:

— O Governo vai agir em função dos interesses do País e vamos conseguir modificar esse resultado.

Inocêncio dava a batalha como praticamente perdida:

— Vai ser muito difícil. O "Centrão" está dividido, pois entre suas ideias básicas não estão incluídos o mandato do Presidente José Sarney nem o sistema de governo.